

Migrações e mercado de trabalho nas regiões metropolitanas na década de 2000 em panoramas distintos* ♦

Lilia Montali¹, Maria de Fátima Guedes Chaves², Marcelo Tavares de Lima³

Resumo

O objetivo deste trabalho é investigar a relação entre migração e mercado de trabalho em dois contextos metropolitanos distintos: São Paulo e Recife. Procura-se captar as mudanças ocorridas nas características dos migrantes no período em relação à inserção no mercado de trabalho e qualificação, comparativamente às dos não migrantes.

No Brasil, a década de 2000 se inicia com baixo crescimento da economia e elevado desemprego. A partir da metade da década, o país experimenta retomada do crescimento econômico, aumento do emprego e do trabalho assalariado regulamentado. A associação destas tendências às políticas de elevação do salário mínimo e de transferência de renda promoveu a tendência de redução da desigualdade de renda.

Considerando-se as mudanças no mercado de trabalho, investigam-se os reflexos no processo migratório nesses dois contextos selecionados como referências para a análise da diversidade regional, sendo São Paulo a principal metrópole nacional e Recife uma das principais metrópoles da região Nordeste. Esta análise utiliza como referência empírica microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos 2001 e 2009.

Introdução

A relevância da investigação do período selecionado da década de 2000 é a possibilidade de se conhecer nestas conjunturas distintas do início e do final da década - respectivamente, de baixo crescimento da economia e de retomada do crescimento econômico -, as características dos migrantes e do tipo de migração nas duas regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo (RMSP) e Recife (RMR).

* Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latinoamericana de População, Montevidéu, Uruguai, de 23 a 26 de outubro de 2012.

♦ Trabalho realizado no âmbito do projeto temático FAPESP “Observatório das Migrações”, coordenado por Rosana Baeninger, NEPO/UNICAMP.

¹ NEPP/UNICAMP – lmontali@uol.com.br

² FACAMP – fachaves54@gmail.com

³ NEPP/UNICAMP – mtlima@unicamp.br

As áreas metropolitanas selecionadas se inserem em regiões distintas em relação ao dinamismo econômico e sua importância na economia nacional. A Região Sudeste concentra as principais atividades econômicas e ao lado da Região Sul e do Distrito Federal, destaca-se também por apresentar níveis mais elevados de rendimento per capita. Por outro lado, as Regiões Nordeste e Norte, embora a descentralização do desenvolvimento econômico das últimas décadas, ainda apresentam os tradicionalmente menores valores de renda domiciliar per capita média e elevada proporção de população em condição de pobreza. Nas décadas anteriores, a Região Sudeste e a Região Metropolitana de São Paulo constituíram-se como importantes polos de atração de migrantes, tendo experimentado o arrefecimento desse processo a partir dos anos 1980. A Região Nordeste, por outro lado, se constituía nesses mesmos períodos, como importante região de emigração. A partir dos anos 1990 configura-se um movimento de retorno de migrantes para esta Região (Baeninger, 2008).

Nesse contexto, o presente estudo indaga sobre o tipo de migração que caracteriza estas regiões metropolitanas na primeira década dos anos 2000, e quais as características dos migrantes que chegam nessas regiões. Neste sentido, considera a inserção no mercado de trabalho e correspondente qualificação, levando em conta as diferenciações por grupos de idade (jovens e adultos) e por sexo, comparando essas características em relação às dos não migrantes. Esta análise utiliza como referência empírica microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos 2001 e 2009.

Embora as regiões metropolitanas brasileiras destaquem-se pelo maior dinamismo econômico e por serem responsáveis por importante parcela do PIB nacional, são bastante heterogêneas. Análise sobre as regiões metropolitanas na década de 2000 apontou algumas características distintas quando comparadas aquelas da Região Nordeste do Brasil com as regiões metropolitanas situadas nas Regiões Sudeste e Sul, bem como o Distrito Federal (Montali, coord, 2012). Um indicador dessa diferenciação é o rendimento domiciliar per capita médio, que em 2009 fica acima de R\$ 1.000,00 nas regiões metropolitanas do Sudeste e Sul, chegando a R\$ 1.680,00 no Distrito Federal, enquanto nas regiões metropolitanas do Norte e do Nordeste variam entre R\$ 600,00 e R\$ 820,00 (Tabela 1). Ressalte-se que, no mesmo ano de 2009, o salário mínimo vigente no país era de R\$ 465,00.

Tabela 1
Rendimento domiciliar per capita mediano e médio
Brasil e Regiões Metropolitanas, 2001 e 2009

	Valor mediano		Valor médio	
	2001	2009	2001	2009
Brasil	310,0	465,0	638,4	766,1
Total Metropolitano	430,6	675,0	881,0	995,7
RM Belém	258,4	351,7	531,0	599,7
RM Fortaleza	240,4	336,6	551,4	635,0
RM Recife	256,2	355,0	574,1	664,7
RM Salvador	284,2	423,8	663,2	814,2
RM Belo Horizonte	370,3	539,2	730,8	1.003,9
RM Rio de Janeiro	473,7	572,0	938,7	1.105,1
RM São Paulo	513,8	600,0	981,1	1.007,9
RM Curitiba	461,6	663,0	918,2	1.102,1
RM Porto Alegre	516,7	619,0	1.002,7	1.040,1
Distrito Federal	516,7	666,7	1.222,4	1.678,8
Total não metropolitano	287,1	430,0	523,0	661,1

Fonte IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Apud. Montali (coord), 2012. P. 15.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Em valores de 2009.

Deve-se ter presente que esta análise tem por objeto, por um lado, a principal região metropolitana do país, que fica na Região Sudeste, a região metropolitana de São Paulo e, por outro, uma das principais regiões metropolitanas do Nordeste, a região metropolitana de Recife. Tomando como um dos parâmetros de diferenciação entre estas o indicador rendimento domiciliar per capita médio, verifica-se que, em 2009, na região metropolitana de São Paulo este era da ordem de R\$ 1.008,00 e na região metropolitana de Recife era de R\$ 665,00 (Tabela 1). Outro indicador, o valor mediano do rendimento domiciliar per capita, que indica um corte abaixo do qual estão 50% dos domicílios de uma região, aponta para a região metropolitana de São Paulo que este era de R\$ 600,00, equivalendo a 1,3 salários mínimos, enquanto na região metropolitana de Recife era de R\$ 335,00, equivalendo a 0,8 salários mínimos.

Ainda contextualizando as regiões sob análise é importante ter presente o tamanho da população das mesmas. Com base nos dados da PNAD para o ano de 2009, a população da região metropolitana de São Paulo era de 19.608.850 mil habitantes e da região metropolitana de Recife era 3.756.300 habitantes. Ambas representam pouco menos que a metade da população das unidades da federação nas quais se inserem.

Nestes dois contextos distintos investigam-se indicações de como se comporta o movimento migratório através das características dos migrantes que estas receberam, considerando como

migrante a população que lá chegou nos últimos 10 anos. Assim, a primeira parte do artigo analisa os principais movimentos observados entre 2001 e 2009, considerando-se a migração inter-estadual e intra-estadual e as características de sexo e idade dos migrantes que compõem a população em idade ativa, assim considerando a população acima de 15 anos; apresenta ainda as características dos migrantes e não migrantes segundo nível de escolaridade e sexo. A segunda parte identifica as características e possíveis especificidades dos migrantes e dos não migrantes, considerando-se a condição com relação à inserção no mercado de trabalho, visando identificar mudanças no perfil dos mesmos nos anos 2000, nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Recife.

Características da migração nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Recife

As características do processo migratório no Brasil sofreram alterações a partir das últimas décadas do século passado. A partir dos anos 1970 a maioria da população brasileira já vivia em áreas urbanas e os deslocamentos que caracterizaram a migração interna no país dos anos 1950 até então – intensos fluxos populacionais sentido nordeste-sudeste e também para as fronteiras arrefeceram e deram lugar aos movimentos urbano-urbanos que reforçaram as vertentes da metropolização e da concentração populacional em cidades de grande porte (Dedecca e Baeninger, 2012). Desde os anos 80 se verifica uma redução no ritmo de crescimento da migração: mesmo envolvendo um contingente de mais de 10 milhões de pessoas, a taxa de crescimento nessa década foi apenas de 1% a.a. frente aos 4% relativos à década anterior.

No período 1990-2000, os deslocamentos intra-estaduais e intra-regionais ganham maior significância, uma vez que, na migração inter-estadual as trocas migratórias passaram a ser mais intensas dentro das próprias regiões (Baeninger, 2008). Nestes anos que compõem o início de século, os movimentos migratórios mostram uma dinâmica diversificada em que cabem, dentre outras, a continuidade da redução dos volumes nas migrações interestaduais, onde são relevantes os fluxos que retornam do Sudeste para o Nordeste, e movimentos de curta distância intra-estaduais e intra-regionais que apontam para processos de mobilidade que não se caracterizam por longas permanências (Baeninger, 2011).

O arrefecimento da migração com destino às regiões metropolitanas pode ser percebido na redução do peso da população migrante na população de ambas as regiões metropolitanas, para cerca de 11% do total em 2009, contrapondo-se aos 17,4% da população da região

metropolitana de São Paulo em 2001 e cerca de 16% da população da região metropolitana de Recife no mesmo ano (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição da população por condição migratória
Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 2001 e 2009

Condição migratória	São Paulo		Recife	
	2001	2009	2001	2009
Migrante	17,4	11,2	15,9	10,6
Migrante intraestadual	7,8	5,4	10,4	7,3
Migrante inter-estadual	9,5	5,8	5,4	3,2
Não migrante	82,6	88,8	84,1	89,4
Total	18.278.734	19.608.850	3.423.789	3.756.299

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Elaboração: NEPP/UNICAMP

Outro aspecto da migração que a tabela evidencia é a importância dos deslocamentos intra-estaduais e intra-regionais que ganham força no período analisado. Observa-se, por um lado, a distinção das características da origem dos migrantes que chegam às duas regiões: na região metropolitana de São Paulo, que integra a região Sudeste do país, é maior o peso da migração inter-estadual, enquanto que para a região metropolitana de Recife ocorrem, principalmente, os migrantes do próprio estado. Entretanto, a região metropolitana de São Paulo chega a 2009 apresentando para o componente inter-estadual valores similares aos da migração intra-estadual, situação explicada em parte pela redução de migrantes nordestinos para os quais era destino preferencial (Baeninger, 2011). Já para a região metropolitana do Recife, o diferencial entre os pesos da migração inter e intra-estadual se mantém nos anos mais recentes, ainda que em níveis menores. As diferenças na estrutura etária refletem a composição das duas populações por condição migratória bem com seu progressivo envelhecimento. De forma geral, e como é de se esperar dado o estreito vínculo entre migração e trabalho, para ambas as regiões e para ambos os períodos, os migrantes se concentram mais nas idades produtivas que os não migrantes. Da mesma maneira, essa concentração não se alterou no tempo, mantendo-se em torno de 70% para os migrantes e 55% para os não migrantes; os efeitos do envelhecimento populacional ainda não se fizeram sentir ao se tomar os dados tão agregados. O que se percebe, entretanto, são as alterações sofridas na estrutura etária em seus pontos extremos (Tabela 3).

À redução da participação da população jovem na composição da estrutura etária nem sempre corresponde um aumento proporcional na população acima de 50 anos, já que há um rearranjo

na distribuição da população nas idades produtivas. Entretanto, a estrutura etária das duas populações migrante e não migrante são agora distintas não pela participação dos mais jovens na primeira, mas pela concentração de mais velhos na segunda. No que diz respeito às diferenças de idade quanto às modalidades migratórias, percebe-se em 2009, para a região metropolitana de Recife, uma estrutura etária um pouco mais envelhecida para os migrantes interestaduais, devido, ao menos parcialmente, ao peso da migração de retorno, já que esta implica na realização anterior – e portanto mais jovem - de pelo menos um movimento emigratório (Rigotti e Carvalho, 2000).

Tabela 3
Distribuição da população segundo idade e condição migratória
Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 2001 e 2009

		Menores de 15 anos	15-24	25-34	35-49	50 e +	Total	Homens	Mulheres	Total
RM Recife										
2001	Migrante	22,5	23,3	21,0	22,5	10,7	100,0	15,8	15,9	15,9
	Migrante intra-estadual	22,0	24,0	20,6	22,1	11,4	100,0	10,4	10,5	10,4
	Migrante inter-estadual	23,4	22,1	22,0	23,2	9,3	100,0	5,5	5,4	5,4
	Não migrante	28,3	19,7	15,8	19,4	16,8	100,0	84,2	84,1	84,1
	Total	27,4	20,3	16,6	19,9	15,9	100,0	100,0	100,0	100,0
2009	Migrante	17,3	23,0	23,4	23,2	13,1	100,0	10,8	10,3	10,6
	Migrante intra-estadual	18,7	23,3	24,1	22,2	11,7	100,0	7,5	7,2	7,3
	Migrante inter-estadual	14,1	22,4	21,8	25,4	16,3	100,0	3,3	3,1	3,2
	Não migrante	23,0	16,4	17,3	21,2	22,1	100,0	89,2	89,7	89,4
	Total	22,4	17,1	18,0	21,4	21,2	100,0	100,0	100,0	100,0
RM São Paulo										
2001	Migrante	22,5	23,5	25,7	20,5	7,8	100,0	17,1	17,6	17,4
	Migrante intra-estadual	26,6	18,7	20,0	25,0	9,7	100,0	7,9	7,7	7,8
	Migrante inter-estadual	19,2	27,4	30,3	16,8	6,2	100,0	9,2	9,9	9,5
	Não migrante	25,5	18,6	14,2	22,0	19,6	100,0	82,9	82,4	82,6
	Total	25,0	19,5	16,2	21,7	17,6	100,0	100,0	100,0	100,0
2009	Migrante	19,9	21,5	27,6	20,3	10,6	100,0	11,2	11,2	11,2
	Migrante intra-estadual	22,3	17,6	24,3	21,7	14,0	100,0	5,6	5,4	5,4
	Migrante inter-estadual	17,6	25,2	30,7	19,1	7,3	100,0	5,7	5,9	5,8
	Não migrante	22,3	16,2	16,0	21,6	23,9	100,0	88,8	88,8	88,8
	Total	22,1	16,8	17,3	21,5	22,3	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Elaboração: NEPP/UNICAMP

Procurando conhecer algumas informações sobre as características de escolaridade dos migrantes, chama a atenção na região metropolitana de Recife o fato de os migrantes apresentarem tanto no ano de 2001, como no ano de 2009, nível de escolaridade superior aos

não migrantes. Observa-se, no entanto, entre estes dois momentos elevação do nível de escolaridade tanto para a população total, como para os migrantes (Tabela 4).

Em 2009, a escolarização se mostra mais elevada, com maiores proporções de indivíduos alcançando o ensino médio - passam de 30% para 39% nesse nível - e, o ensino superior, passando de 11% para 15% em relação a 2001. Na consideração da condição migratória, o comportamento se repete para as duas modalidades; além disso, destaca-se o fato de os migrantes apresentarem-se em maiores proporções nas escolaridades superiores em relação aos não migrantes, nível em que se encontram 25% dos migrantes e 14% dos não migrantes. Merece destaque ainda a elevada proporção de migrantes interestaduais com ensino superior (Tabela 4). Supõe-se que esta escolarização mais elevada dos migrantes interestaduais, possa ser atribuída à migração por motivo de trabalho. Outra suposição é que os migrantes de retorno sejam mais escolarizados.

As características de escolaridade dos migrantes são distintas entre as duas regiões metropolitanas analisadas (Tabela 4). Entretanto, a tendência da elevação da escolaridade é comum às duas e segue a tendência observada para o país correspondendo ao período analisado.

A região metropolitana de São Paulo, da mesma forma como observado na região metropolitana de Recife, apresenta crescimento da proporção de pessoas que atingem os níveis de ensino médio e superior, passando de 30,6% para 36,8% com relação ao ensino médio entre 2001 e 2009, e, no caso de ensino superior, passando de 16% para 21% entre 2001 e 2009. Em 2009 são iguais as proporções de migrantes e não migrantes com nível de ensino superior, cerca de 21%, alterando as diferenças observadas no ano de 2001 (Tabela 4). Uma diferença a ser notada entre as duas regiões metropolitanas refere-se à origem dos migrantes em relação à educação. No caso da região metropolitana de São Paulo, em 2009, os migrantes intra-estaduais apresentam maior escolarização em relação aos migrantes interestaduais, tanto em relação à educação superior - 23,3% e 19,4%, respectivamente -, como em relação ao nível médio - 37,8% e 35,8%, correspondendo a 2001 e a 2009.

Tabela 4
Distribuição das pessoas maiores de 15 anos segundo condição migratória, escolaridade e sexo
Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 2001 e 2009

		2001			2009			
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
RM Recife	Migrante	Nunca frequentou escola	4,8	5,3	5,0	2,7	2,1	2,4
		Ensino fundamental	46,8	46,3	46,6	33,7	29,4	31,4
		Ensino médio	32,6	33,4	33,0	39,7	42,6	41,3
		Ensino superior	15,8	15,0	15,4	23,9	25,9	25,0
		Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Migrante intraestadual	Nunca frequentou escola	5,8	6,5	6,1	1,9	2,0	2,0
		Ensino fundamental	47,9	46,8	47,3	36,0	31,0	33,3
		Ensino médio	33,7	34,1	33,9	40,8	45,5	43,3
		Ensino superior	12,7	12,7	12,7	21,3	21,5	21,4
		Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Migrante interestadual	Nunca frequentou escola	3,0	2,7	2,9	4,5	2,2	3,3
		Ensino fundamental	45,0	45,4	45,2	28,8	25,9	27,2
		Ensino médio	30,7	32,0	31,4	37,4	36,4	36,9
		Ensino superior	21,3	19,9	20,6	29,3	35,5	32,6
		Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Não migrante	Nunca frequentou escola	6,3	7,6	7,0	4,9	5,9	5,5
		Ensino fundamental	56,2	51,0	53,4	43,1	40,6	41,7
		Ensino médio	27,8	30,8	29,4	38,2	39,1	38,7
		Ensino superior	9,7	10,7	10,2	13,8	14,3	14,1
		Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Nunca frequentou escola	6,0	7,2	6,6	4,6	5,5	5,1	
	Ensino fundamental	54,6	50,2	52,2	42,0	39,4	40,6	
	Ensino médio	28,6	31,2	30,0	38,4	39,5	39,0	
	Ensino superior	10,7	11,4	11,1	15,0	15,6	15,3	
	Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
RM São Paulo	Migrante	Nunca frequentou escola	3,8	4,3	4,1	2,6	2,5	2,5
		Ensino fundamental	56,7	54,0	55,3	40,3	38,9	39,5
		Ensino médio	25,4	29,7	27,7	36,1	37,3	36,7
		Ensino superior	14,1	11,9	13,0	21,0	21,4	21,2
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Migrante intraestadual	Nunca frequentou escola	2,2	3,0	2,6	1,0	2,0	1,5
		Ensino fundamental	47,9	48,9	48,4	37,6	37,3	37,4
		Ensino médio	30,1	31,0	30,5	39,8	36,0	37,8
		Ensino superior	19,9	17,1	18,5	21,6	24,8	23,3
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Migrante interestadual	Nunca frequentou escola	5,1	5,2	5,2	4,0	2,9	3,4
		Ensino fundamental	63,6	57,6	60,4	42,7	40,2	41,4
		Ensino médio	21,6	28,9	25,6	32,8	38,5	35,8
		Ensino superior	9,6	8,2	8,9	20,5	18,4	19,4
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Não migrante	Nunca frequentou escola	3,3	5,5	4,5	2,9	4,2	3,6
		Ensino fundamental	48,3	47,8	48,0	38,7	38,5	38,6
		Ensino médio	31,8	30,7	31,2	37,6	36,1	36,8
		Ensino superior	16,7	16,0	16,3	20,9	21,2	21,1
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Nunca frequentou escola	3,4	5,3	4,4	2,8	4,0	3,5	
	Ensino fundamental	49,8	48,9	49,3	38,9	38,5	38,7	
	Ensino médio	30,7	30,5	30,6	37,4	36,2	36,8	
	Ensino superior	16,2	15,3	15,7	20,9	21,3	21,1	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
 Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Migrantes e não migrantes no mercado de trabalho metropolitano

No contexto das mudanças no mercado de trabalho que ocorreram entre 2001 e 2009, destacam-se o crescimento do emprego e o aumento do emprego regulamentado, ou seja, através de assalariamento com direitos trabalhistas. Esse momento mais favorável sucedeu a década de 90 e os primeiros anos da década de 2000, que experimentaram, ao mesmo tempo, elevadas taxas de desemprego e a redução dos postos de trabalho assalariado regulamentado, ao passo que cresciam outras formas não protegidas de vinculação ao mercado de trabalho, tais como o assalariamento sem carteira de trabalho e autônomos sem proteção trabalhista.

Dessa forma, a análise dos migrantes que se dirigem às Regiões Metropolitanas de Recife e de São Paulo entre 2001 e 2009 deve levar em conta tais movimentos do mercado de trabalho e da dinâmica da economia.

São apresentados alguns indicadores que possibilitam acompanhar a inserção de migrantes e de não migrantes no mercado de trabalho nestas duas regiões metropolitanas, quais sejam, as taxas de participação e de desemprego e as formas de inserção não precária (assalariados regulamentados e empregadores) e precária (assalariados sem registro, autônomo, empregado doméstico, trabalhador familiar, trabalhador não remunerado).

A hipótese do estudo, considerando-se o tipo de migração e o momento analisado, é que se espera encontrar distinções entre o perfil dos migrantes que se dirigem às duas regiões metropolitanas e por modalidades migratórias internamente a elas. Supõe-se também que sejam encontradas especificidades no perfil do emprego das migrantes femininas quando consideradas as modalidades de migração intra-estadual e inter-estadual, com diferenciações entre as duas regiões metropolitanas.

Iniciando pelas tendências das taxas de participação e de desemprego, é possível perceber, por um lado, que comparando-se as duas regiões metropolitanas, é mais acentuada no período a queda do desemprego na região metropolitana de São Paulo, que passa de 12,9% em 2001, para 11,00 em 2009 (Tabela 5). Enquanto na RMSP o desemprego já havia alcançado patamar elevado em 2001, continuando a crescer até 2003, a recuperação de emprego foi mais acentuada comparativamente a que ocorreu na RM de Recife (Montali (coord.), 2012). Com comportamento distinto, a região metropolitana de Recife experimenta crescimento do desemprego acentuado até 2005, quando atinge 18% e passa a experimentar queda a partir daí, porém se mantém com desemprego elevado em 2009, com taxa de 16%, sendo a mais

elevada taxa de desemprego experimentada, comparando-a às taxas das nove regiões metropolitanas brasileiras e Distrito Federal investigados pela PNAD (Montali (coord.), 2012).

Tabela 5
Taxas de participação, ocupação, desemprego e inatividade da população em idade ativa
Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 2001 e 2009

			2001			2009		
			Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
RM Recife	Migrante	Participação	80,1	51,0	64,6	80,6	55,6	67,1
		Ocupação	71,3	41,5	55,4	72,4	44,1	57,2
		Desemprego	11,0	18,7	14,2	10,2	20,6	14,8
		Inatividade	19,9	49,0	35,4	19,4	44,4	32,9
	Migrante intraestadual	Participação	79,7	50,7	63,9	83,4	56,1	68,7
		Ocupação	71,2	42,5	55,6	74,6	44,9	58,5
		Desemprego	10,6	16,1	13,0	10,5	20,1	14,7
		Inatividade	20,3	49,3	36,1	16,6	43,9	31,3
	Migrante interestadual	Participação	80,8	51,6	66,1	74,7	54,4	63,8
		Ocupação	71,4	39,2	55,1	67,7	42,5	54,2
		Desemprego	11,7	24,1	16,6	9,5	21,8	15,1
		Inatividade	19,2	48,4	33,9	25,3	45,6	36,2
	Não migrante	Participação	73,0	48,6	59,8	73,8	50,2	60,7
		Ocupação	64,4	40,4	51,4	65,2	39,4	50,9
		Desemprego	11,8	16,8	14,0	11,6	21,5	16,2
		Inatividade	27,0	51,4	40,2	26,2	49,8	39,3
Total	Participação	74,2	49,0	60,6	74,6	50,8	61,4	
	Ocupação	65,6	40,6	52,1	66,1	39,9	51,6	
	Desemprego	11,6	17,2	14,0	11,5	21,4	16,0	
	Inatividade	25,8	51,0	39,4	25,4	49,2	38,6	
RM São Paulo	Migrante	Participação	88,0	57,4	71,6	86,1	66,0	75,4
		Ocupação	78,1	46,8	61,3	79,1	55,3	66,5
		Desemprego	11,2	18,6	14,4	8,1	16,2	11,9
		Inatividade	12,0	42,6	28,4	13,9	34,0	24,6
	Migrante intraestadual	Participação	85,4	54,1	69,2	84,8	63,8	73,7
		Ocupação	75,0	44,3	59,1	78,6	53,9	65,6
		Desemprego	12,1	18,2	14,6	7,2	15,5	11,0
		Inatividade	14,6	45,9	30,8	15,2	36,2	26,3
	Migrante interestadual	Participação	90,0	59,8	73,4	87,2	67,9	76,9
		Ocupação	80,5	48,5	63,0	79,5	56,5	67,2
		Desemprego	10,5	18,8	14,2	8,8	16,8	12,6
		Inatividade	10,0	40,2	26,6	12,8	32,1	23,1
	Não migrante	Participação	78,1	54,2	65,4	78,8	60,1	68,9
		Ocupação	69,2	46,6	57,1	71,9	52,1	61,4
		Desemprego	11,4	14,1	12,6	8,8	13,4	10,9
		Inatividade	21,9	45,8	34,6	21,2	39,9	31,1
Total	Participação	79,8	54,8	66,5	79,6	60,8	69,7	
	Ocupação	70,8	46,6	57,9	72,7	52,5	62,0	
	Desemprego	11,4	14,9	12,9	8,7	13,8	11,0	
	Inatividade	20,2	45,2	33,5	20,4	39,2	30,3	

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Corroborando achados dos estudos que relacionam inserção no mercado de trabalho e migração, é maior a taxa de participação do total de migrantes nos dois espaços metropolitanos nos dois momentos analisados, comparativamente aos não migrantes, ainda que mantidas as diferenciações entre estas regiões metropolitanas, com taxas mais elevadas para a região metropolitana de São Paulo. As taxas de participação dos migrantes

comparativamente mais elevadas que dos não migrantes são observadas tanto para os homens como para as mulheres em idade ativa (PIA), em ambas as regiões metropolitanas (Tabela 5).

Na região metropolitana de São Paulo é maior a queda do desemprego no período para a população migrante em comparação com a não migrante, pois aquela partia de um patamar de 14,4% em 2001 e passa a ser de 11,9% em 2009, enquanto o desemprego da população não migrante passou de 12,6% em 2001, para 11% em 2009. Dentre os migrantes, destaca-se com queda mais acentuada o desemprego dos migrantes intraestaduais, que passa de 14,6% em 2001, para 11% em 2009, se igualando à taxa de desemprego da população não migrante neste último ano. O desemprego dos migrantes interestaduais se apresenta comparativamente mais elevado na RMSP, em 2009, da ordem de 13% (Tabela 5).

São também comparativamente mais elevadas as taxas de desemprego das mulheres migrantes, da ordem de 16% no ano de 2009, tanto em relação às mulheres não migrantes, com taxa cerca de 13% nesse ano, como em relação à dos homens migrantes (8%) e à dos homens não migrantes (8,8%).

A análise da taxa de desemprego da região metropolitana de Recife revela a distinta dinâmica do mercado de trabalho entre as duas regiões analisadas, pois esta permanece com taxas elevadas de desemprego ainda em 2009, como mencionado acima. Assim a análise das taxas dos migrantes, revela a praticamente manutenção da taxa de desemprego cerca de 14% nos dois anos considerando-se o total dos migrantes, com destaque para a redução da taxa de desemprego dos migrantes interestaduais, que passa de 16,6%, a mais elevada em 2001, para a ainda elevada taxa de 15% em 2009. Os não migrantes, por sua vez, apresentam taxa de desemprego superior àquela do total de migrantes em 2009, cerca de 16%, enquanto os migrantes apresentaram taxa de desemprego de 14,8% (Tabela 5).

A análise da diferenciação das taxas de desemprego por sexo evidencia que na região metropolitana de Recife são também comparativamente mais elevadas as taxas de desemprego das mulheres não migrantes, da ordem de 21,5% no ano de 2009, tanto em relação às mulheres migrantes, com taxa de 20,6% nesse ano, como em relação à dos homens não migrantes (11,6%) e à dos homens migrantes (10,2%).

A análise da proporção de ocupados segundo vinculação contratual mostra para a região metropolitana de São Paulo em 2009 - para migrantes e não migrantes ocupados - a redução das ocupações precárias e o crescimento das vinculações não precárias, acompanhando as

tendências nacionais. Considerando-se o total dos ocupados, aqueles com vinculações não precárias passaram de 55% dos ocupados em 2001, para 60% em 2009; entre os migrantes ocupados as vinculações não precárias passaram de 52% para 57% destes; e a situação mais favorável em 2009, é encontrada para os migrantes intra-estaduais, da ordem de 60% em ocupações não precárias, com a mesma proporção observada pelos não migrantes da região metropolitana (Tabela 6). A situação mais desfavorável de inserção no mercado de trabalho é identificada, em 2009, para as mulheres migrantes, e especialmente para as migrantes interestaduais, das quais, respectivamente 51% e 57,3% estão inseridas em ocupações caracterizadas por vinculações precárias. Em contraposição, mais que a metade das mulheres não migrantes (55%) apresenta ocupações com vinculações regulamentadas. Proporção semelhante é observada para as mulheres migrantes oriundas do próprio estado (migrantes intra-estaduais), dentre as quais 56% têm ocupações regulamentadas. Lembre-se que estudos sobre mercado de trabalho que incluem o gênero em suas análises têm apontado para a melhora da qualidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, embora a persistência de características de maior precariedade da inserção e do maior desemprego, em detrimento da maior escolarização destas. No caso dos homens, tanto os migrantes (63,6%) como os não migrantes (64,2%) apresentam proporções mais elevadas de ocupações com vinculações não precárias (Tabela 6).

Situação distinta é encontrada na região metropolitana de Recife, onde, embora com tendência de melhora na inserção ocupacional, são menores as proporções de ocupados regulamentados. Para o total de ocupados, aqueles em ocupações não precárias representam 44%, em 2001, e 52%, em 2009. Ainda que a tendência seja de aumento da proporção de ocupados não precários entre os ocupados da região, são os migrantes que se destacam com as maiores proporções em 2009, da ordem de 56% em ocupações regulamentadas por leis trabalhistas, enquanto os ocupados não migrantes estão cerca de 52% inseridos em ocupações não precárias. São os migrantes intra-estaduais que apresentam as maiores proporções de ocupados não precários, cerca de 57% destes. Estas características mais favoráveis apresentadas pelos migrantes intra-estaduais é comum a ambos os sexos, pois 63,8% dos homens e 55,7% das mulheres inseridos em ocupações não precárias, sugerindo a atração de força de trabalho qualificada para o mercado de trabalho da RM de Recife.

Tabela 6
Distribuição das pessoas ocupadas segundo vínculo contratual e condição de precariedade
Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 2001 e 2009

		RM Recife						RM São Paulo					
		2001			2009			2001			2009		
		Homem	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homem	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Migrante	Assalariado	46,5	36,9	42,8	57,2	46,5	52,8	58,0	39,0	50,4	60,0	47,4	54,4
	Empregador	5,1	2,9	4,2	3,3	2,9	3,2	2,6	0,7	1,9	3,6	1,3	2,6
	Ocupados não-precários	51,6	39,8	47,0	60,6	49,4	56,0	60,6	39,7	52,3	63,6	48,7	57,0
	Assalariado sem registro	23,3	13,8	19,6	17,1	17,1	17,1	20,7	16,7	19,1	18,6	13,3	16,3
	Autônomo	21,9	20,4	21,3	20,5	12,9	17,4	16,5	13,6	15,4	15,6	15,2	15,4
	Empregado doméstico	1,1	22,1	9,2	0,4	17,1	7,2	1,1	27,3	11,5	1,3	20,1	9,7
	Trabalhador familiar	1,8	3,6	2,5	1,1	1,9	1,5	0,8	1,8	1,2	0,6	1,9	1,2
	Trabalhador não remunerado	0,3	0,2	0,3	0,2	1,6	0,8	0,3	0,9	0,5	0,3	0,8	0,5
	Ocupados precários	48,4	60,2	53,0	39,4	50,6	44,0	39,4	60,3	47,7	36,4	51,3	43,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Migrante intraestadual	Assalariado	48,6	36,1	43,5	58,4	49,3	54,7	54,8	44,8	51,0	59,9	54,5	57,5
	Empregador	3,8	2,1	3,1	3,2	1,4	2,5	3,4	1,5	2,7	3,4	1,2	2,5
	Ocupados não-precários	52,4	38,2	46,6	61,6	50,7	57,2	58,2	46,3	53,7	63,3	55,7	60,0
	Assalariado sem registro	22,4	12,2	18,2	17,5	17,7	17,5	20,7	16,3	19,0	18,5	11,1	15,3
	Autônomo	21,9	20,1	21,2	19,4	12,1	16,4	18,9	15,9	17,7	16,0	18,0	16,9
	Empregado doméstico	1,0	25,0	10,8	0,6	17,2	7,4	1,6	20,0	8,6	1,6	13,9	6,9
	Trabalhador familiar	2,2	4,5	3,1	0,6	1,9	1,1	0,5	0,4	0,4	0,6	1,2	0,9
	Trabalhador não remunerado	0,2	0,0	0,1	0,3	0,5	0,4	0,2	1,1	0,6	0,0	0,0	0,0
	Ocupados precários	47,6	61,8	53,4	38,4	49,3	42,8	41,8	53,7	46,3	36,7	44,3	40,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Migrante interestadual	Assalariado	42,9	38,7	41,5	54,5	40,0	48,5	60,4	35,0	50,0	60,1	41,3	51,6
	Empregador	7,3	4,8	6,4	3,7	6,3	4,8	2,1	0,2	1,3	3,7	1,4	2,7
	Ocupados não-precários	50,2	43,5	47,9	58,2	46,3	53,3	62,4	35,2	51,4	63,8	42,7	54,2
	Assalariado sem registro	24,9	17,7	22,4	16,4	15,8	16,1	20,8	17,0	19,2	18,7	15,3	17,1
	Autônomo	21,9	21,0	21,6	23,1	14,7	19,6	14,8	12,0	13,6	15,2	12,8	14,2
	Empregado doméstico	1,3	15,3	6,2	0,0	16,8	7,0	0,7	32,3	13,5	1,1	25,3	12,1
	Trabalhador familiar	1,3	1,6	1,4	2,2	2,1	2,2	1,0	2,8	1,7	0,6	2,4	1,4
	Trabalhador não remunerado	0,4	0,8	0,6	0,0	4,2	1,7	0,3	0,8	0,5	0,6	1,4	0,9
	Ocupados precários	49,8	56,5	52,1	41,8	53,7	46,7	37,6	64,8	48,6	36,2	57,3	45,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não migrante	Assalariado	45,5	35,6	41,3	51,4	42,5	47,6	52,7	48,0	50,7	59,4	52,1	56,1
	Empregador	3,1	3,0	3,1	5,0	3,0	4,2	5,6	3,1	4,5	4,9	2,9	4,0
	Ocupados não-precários	48,6	38,6	44,3	56,4	45,4	51,7	58,3	51,1	55,2	64,2	55,0	60,1
	Assalariado sem registro	22,5	15,8	19,6	14,6	12,7	13,8	17,0	16,8	16,9	14,7	12,6	13,7
	Autônomo	26,0	23,1	24,7	26,5	20,2	23,8	22,5	14,7	19,1	19,7	14,6	17,4
	Empregado doméstico	1,2	18,3	8,5	1,6	19,6	9,3	0,5	14,5	6,5	0,6	16,1	7,6
	Trabalhador familiar	1,6	3,8	2,5	0,7	1,6	1,1	1,5	2,6	1,9	0,5	1,0	0,7
	Trabalhador não remunerado	0,1	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3	0,2	0,4	0,3	0,3	0,6	0,5
	Ocupados precários	51,4	61,4	55,7	43,6	54,6	48,3	41,7	48,9	44,8	35,8	45,0	39,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Assalariado	45,7	35,8	41,5	52,1	43,0	48,2	53,8	46,4	50,6	59,4	51,5	55,9
	Empregador	3,5	3,0	3,3	4,8	2,9	4,0	5,0	2,7	4,0	4,7	2,7	3,8
	Ocupados não-precários	49,2	38,8	44,8	56,9	45,9	52,2	58,8	49,1	54,7	64,1	54,3	59,7
	Assalariado sem registro	22,6	15,5	19,6	14,9	13,2	14,2	17,7	16,8	17,3	15,2	12,7	14,0
	Autônomo	25,2	22,6	24,1	25,7	19,4	23,0	21,4	14,5	18,4	19,2	14,7	17,2
	Empregado doméstico	1,2	18,9	8,6	1,4	19,3	9,0	0,6	16,7	7,5	0,7	16,6	7,8
	Trabalhador familiar	1,6	3,8	2,5	0,8	1,6	1,1	1,3	2,4	1,8	0,5	1,1	0,8
	Trabalhador não remunerado	0,2	0,4	0,3	0,3	0,6	0,4	0,2	0,5	0,3	0,3	0,7	0,5
	Ocupados precários	50,8	61,2	55,2	43,1	54,1	47,8	41,2	50,9	45,3	35,9	45,7	40,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
 Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Considerações finais

Este ensaio visou conhecer as características dos migrantes, seus diferenciais e suas similaridades frente à população não migrante em duas regiões metropolitanas de contextos geograficamente distintos, em momentos de início e final de década de 2000, que retratam diferentes conjunturas. Ainda apresenta resultados gerais que sinalizam aspectos a serem aprofundados nos estudos com base nos dados recentemente disponibilizados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE.

Um deles é a constatação da redução na diferenciação da região metropolitana de São Paulo no que diz respeito à origem dos fluxos migratórios. Em 2009, diferentemente do observado em períodos anteriores, se reduz a importância dos fluxos interestaduais que passam a dividir espaço com a migração intra-estadual.

Em relação à estrutura etária, mostra o envelhecimento populacional que sofrem as populações migrante e não migrante, mas com maior intensidade esta última. Os migrantes apresentam maior concentração de pessoas nas idades produtivas em relação aos não migrantes, no período, com especificidades diferentes para as duas regiões metropolitanas. Na região metropolitana de Recife os migrantes inter-estaduais são mais envelhecidos que os intra-estaduais, enquanto na região metropolitana São Paulo, são mais envelhecidos os migrantes intra-estaduais. Em ambas as regiões metropolitanas os não migrantes apresentam maiores proporções de pessoas nas faixas de idade superiores.

Com respeito à educação, houve aumento do nível de escolaridade da população de ambas as regiões metropolitanas, acompanhando as tendências observadas para o país como um todo. Entretanto, associado ao comportamento específico das modalidades migratórias recebidas pelos dois contextos distintos, observou-se que, no caso da região metropolitana de Recife, os migrantes inter-estaduais tinham a maior escolaridade, ao passo que na região metropolitana São Paulo, os migrantes intra-estaduais é que possuíam maior escolaridade.

A análise da proporção de ocupados mostra para a região metropolitana de São Paulo em 2009, para migrantes e não migrantes ocupados a redução das ocupações precárias e o crescimento das vinculações não precárias ao mercado de trabalho. Na região metropolitana de São Paulo a situação mais favorável, em 2009, é encontrada para os migrantes intra-estaduais, com 60% em ocupações não precárias, com a mesma proporção observada pelos não migrantes da região metropolitana. Entretanto, na região metropolitana de Recife, apesar

da tendência de melhora na inserção ocupacional, são menores as proporções de ocupados regulamentados. A tendência é de aumento da proporção de ocupados não precários entre os ocupados da região, com destaque para os migrantes com maiores proporções de ocupações com vínculo regulamentado em 2009, da ordem de 56%, enquanto entre os ocupados não migrantes cerca de 52% encontram-se inseridos em ocupações não precárias. As maiores proporções de ocupados não precários são encontradas entre os migrantes intra-estaduais, cerca de 57% destes.

Vale ainda relacionar a qualidade do emprego dos migrantes que se encontravam na região metropolitana de Recife no ano de 2009 com a escolaridade mais elevada dos mesmos. Como já visto, 32,6% dos migrantes inter-estaduais e 21,5% dos intra-estaduais têm nível de escolaridade superior, os diferenciando dos não migrantes, com apenas 14% nesse nível de escolaridade e 15% na população total. Este fato pode estar relacionado com a ampliação do emprego público nesse período, conforme apontado por Dedecca, 2012, que favoreceu o migrante inter-regional; para estes, o emprego público passou de 8,8% da ocupação total, em 2001, para 18% em 2009. Estes postos de trabalho preenchidos através de concursos públicos realizados em âmbito nacional, para diversas áreas de atividades, têm privilegiado em sua seleção candidatos com nível superior. Os selecionados assumem seus cargos em distintas localidades, seja nas unidades da federação em que residem, ou em outras, podendo explicar as características ocupacionais e educacionais dos migrantes recebidos na região metropolitana de Recife.

No caso da região metropolitana de São Paulo, os melhores indicadores apresentados pelos migrantes intra-estaduais também podem ser explicados pela seletividade do mercado de trabalho nessa região, bem como pela ampliação dos serviços públicos.

Como referido acima, pretendeu-se detalhar algumas características dos migrantes recebidos nas duas regiões metropolitanas selecionadas. As indicações apresentadas suscitam o aprofundamento das análises na continuidade da investigação das tendências da migração e de sua relação com o mercado de trabalho considerando-se a diversidade regional.

Referências Bibliográficas

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21; evidências empíricas e desafios conceituais. In: Cunha, J.M.P. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de estudos de população-Nepo/Unicamp, 2011.

_____. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI, **Anais do Encontro Nacional de População**, Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2008.

BÓGUS, L. e Pasternak, S. Migração na Metrópole. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, vol19. n.04. 2002

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. Análise demográfica da Região Centro-Leste. In: PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas: IE/UNICAMP, 2000.

CUNHA, J.M. P. JAKOB, A.A. E. O uso das PNAD's na análise do fenômeno migratório: possibilidades e desafios metodológicos. In: Cunha, J.M.P. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de estudos de população-Nepo/Unicamp, 2011.

DEDECÇA, C.S. Crescimento, migração interna e trabalho no início do século. Ensaio elaborado no âmbito do projeto temático Fapesp "Observatório das Migrações em São Paulo". 2012.

DEDECÇA, C.S. Baeninger, R. Notas sobre migração, trabalho e desenvolvimento no Brasil. Ensaio elaborado no âmbito do projeto temático Fapesp "Observatório das Migrações em São Paulo". 2012.

MONTALI, L. (coord.) **Relatório Final do Projeto Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: diagnóstico e recomendações para a redução das desigualdades**. CNPq. Edital MCT/CNPq/MDS-SAGI n ° 36/2010 - Processo 563760/2010-9. NEPP / UNICAMP. 2012.